

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.071 - SP (2019/0263699-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE ARAÇATUBA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BIRIGUI - SP
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JOSÉ WELLINGTON MARCOLINO
INTERES. : ANA PAULA NOGUEIRA MAGALHÃES MARCOLINO

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência em que é suscitante o Juízo Federal da 2ª Vara de Araçatuba – SJ/SP e suscitado o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Birigui – SP.

Depreende-se dos autos que José Wellington Marcoli e Ana Paula Nogueira Magalhães e Marcolino, na qualidade de sócios proprietários da empresa A.P.N. Magalhães e Marcolino, foram denunciados pela suposta prática do delito de apropriação indébita de contribuição sindical descontada de seus funcionários no período de janeiro de 2012 a fevereiro de 2014.

O Juízo suscitado declinou da sua competência em favor da Justiça Federal, com base no entendimento de que o delito imputado aos acusados se amoldaria à hipótese do art. 109, inciso IV, da Constituição da República (e-STJ fl. 1.007).

O Juízo Federal da 2ª Vara de Araçatuba – SJ/SP, por sua vez, ao suscitar o presente conflito, asseverou que "*a contribuição confederativa e sindical é valor recolhido pelo contribuinte destinado ao sindicato respectivo, não havendo prejuízo que afete os interesses da União*" (e-STJ fls. 1.023-1.025).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela fixação da competência do Juízo Federal da 2ª Vara de Araçatuba – SJ/SP (e-STJ fls. 1.039-1.041).

É o relatório.

Do presente conflito de competência deve-se conhecer por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea d, da Constituição da República.

In casu, o incidente processual cinge-se a dirimir a controvérsia estabelecida entre os Juízos suscitante e suscitado para o processamento e o julgamento do crime de apropriação indébita de contribuição sindical.

Dito isso, deve-se inicialmente destacar o entendimento já consolidado pela Terceira Seção deste Sodalício de que a apropriação indébita de contribuição sindical não atrai a competência da Justiça Federal.

Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes da Terceira Seção nesse sentido:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA (ART. 358 DA CLT). PREJUÍZO APENAS A INTERESSES PARTICULARES. REPASSE OBRIGATÓRIO DE PARTE DA RENDA AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT. IRRELEVÂNCIA. APLICABILIDADE DA SÚMULA N. 222 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA DA

Superior Tribunal de Justiça

JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.

1. Esta Corte tem entendido que, mesmo tendo natureza jurídica tributária de contribuição parafiscal, nem o não pagamento nem tampouco o desvio da contribuição sindical compulsória atraem a competência da Justiça Federal, consoante já pacificado no enunciado da Súmula n. 222 do Superior Tribunal de Justiça: "Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT."

2. Nem o fato de que cabe ao Tribunal de Contas da União a atribuição de fiscalizar o repasse de tais verbas, nem tampouco o fato de que parte da contribuição sindical compulsória (art. 578 da CLT) se destina ao Fundo de Amparo ao Trabalhador são suficientes para configurar a prática de crime em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

3. Precedentes: AgRg no CC 132.766/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Terceira Seção, julgado em 13/8/2014, DJe 25/8/2014; CC 30.308/MG, Rel. Ministro VICENTE LEAL, Terceira Seção, julgado em 18/2/2002, DJ 18/3/2002, p. 170; e CC 140.826/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, DJe 19/8/2015.

4. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de São José dos Campos/SP, o suscitado.

(CC 136.611/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2015, DJe 29/09/2015)

AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE VERBA SINDICAL. PREJUÍZO A INTERESSES PARTICULARES. REPASSE OBRIGATÓRIO DE PARTE DA RENDA AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT. IRRELEVÂNCIA. APLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 222 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O fato de a contribuição sindical ser compulsória não atrai a competência da Justiça Federal, consoante já pacificado no enunciado da Súmula n.º 122 do Superior Tribunal de Justiça: "Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT."

2. Houve prejuízo apenas a interesses particulares e a obrigatoriedade de repasse de valores à programas federais de amparo ao trabalhador pelas entidades sindicais não é suficiente para configurar a prática de crime em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 132.766/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 25/08/2014)

Ante o exposto, **conheço** do conflito e **declaro competente** o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Birigui – SP, ora suscitado.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Dê-se ciência aos juízes em conflito.
Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

